



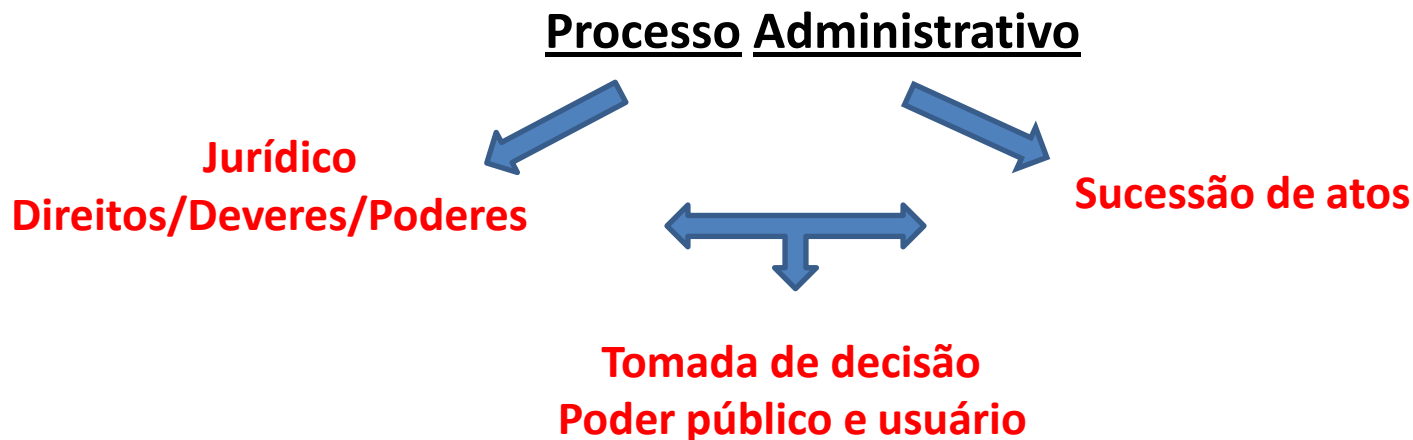
Licenciamento Ambiental: procedimentos para o Licenciamento Ambiental Municipal.

Ítalo Franco Ribeiro
Geógrafo/IMAM

Thyago Pires
Biólogo/IMAM

O que é Licenciamento Ambiental?

LICENCIAMENTO AMBIENTAL → Processo Administrativo que se constitui em um dos mais relevantes instrumentos de gestão ambiental.



Art. 1º – Resol. CONAMA 237/97:

“Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso”.

Licenciamento Ambiental: funções e objetivos

Funções

- Análise dos impactos que um empreendimento poderá causar, dada sua **escala de atuação** e em função de suas **especificidades**, de maneira a assegurar, conforme normas e legislações específicas, que a perenidade das atividades econômicas não causem danos ao meio ambiente;

Objetivos

- Garantir que o exercício de um direito não comprometa outro igualmente importante.



Constitui-se enquanto um mecanismo de controle prévio e de acompanhamento das atividades humanas cujo objetivo é compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente

Portanto, caso haja incompatibilidade entre a atividade desenvolvida e as normas, critérios, padrões e princípios da legislação ambiental, entende-se que aquela não atenda ao interesse público, portanto não poderá ser licenciada, pois o interesse público se sobrepõe ao particular.



Licenciamento Ambiental: competência

- **Lei nº 6.938/81 e Resolução CONAMA nº 237/97:**
 - Na composição do SISNAMA, estabelecida no art. 6º da Lei nº 6.938/81, incluem-se os órgãos licenciadores, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.



Art. 4º CONAMA 237/97 – Competência Federal – IBAMA.

- UCs Federal, TI's, mar e plataforma continental, impacto interestadual, Brasil e país limítrofe, material radioativo, empreendimentos militares



Art. 5º CONAMA 237/97 – Competência Estadual e Distrito Federal – MS IMASUL

- UC's Estadual, impactos regional ou intermunicipal, delegados pela União por instrumento legal ou convênio



Art. 6º CONAMA 237/97 – Competência Municipal

- Impacto local ou delegadas pelo Estado por meio de instrumento legal ou convênio

Licenciamento Ambiental: IMAM

Atribuições

Expedição e renovação de Licença Ambiental;
Fiscalização Ambiental;
Parecer ambiental, laudos, enquadramentos e notificações ambientais;
Palestras teatros e oficinas de Educação Ambiental;
Cultivo, produção e doação de mudas (viveiro municipal);
Ações de limpeza de córregos, parques e lagos.

Art. 20 - Resolução CONAMA 237/97

Exigências para o Município obter a competência de Licenciamento e Fiscalização

- *Possuir Conselho de Meio Ambiente implementado, com caráter deliberativo e participação social – **COMDAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente***
- *Possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados*

Termo de Cooperação Técnica nº 02/2016 / IMASUL – Município de Dourados

Cláusula Terceira

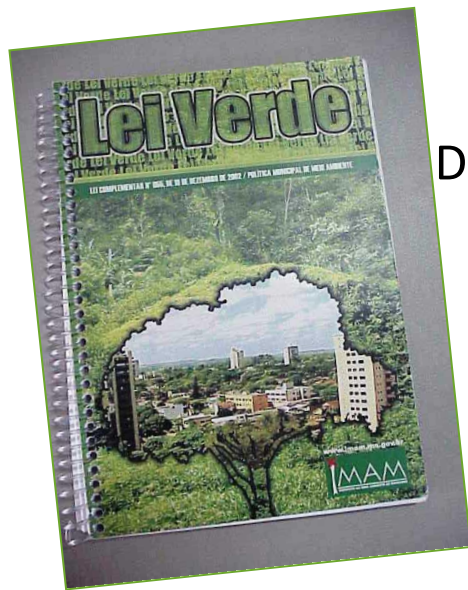
II. Manter estrutura legal, administrativa e técnica, com corpo técnico multidisciplinar habilitado e compatível com as atividades desenvolvidas, inclusive com estruturação e efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e efetiva participação social

Licenciamento Ambiental Municipal

Elaboração, Aprovação e Regulamentação:

Política Municipal de Meio Ambiente

Lei Complementar Nº 055 de 19 de Dezembro de 2002. *“Lei Verde”*
***“ Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente do
Município de Dourados, seus fins e mecanismos de formulação e
aplicação, instituindo o Sistema Municipal de Meio Ambiente e
dá outras providências”***



Regulamentada pelo:

Decreto Nº 3141, de 02 de Setembro de 2004”

Lei nº 077, de 23 de Dezembro de 2004.

Lei nº 095, de 22 de Dezembro de 2006

Alterada pela LC nº 222 de 25/07/2013

Alterada pela LC nº 233 de 16/12/2013.

Alterada pela LC nº 242 de 19/03/2014.

Alterada pela LC nº 266 de 09/12/2014.

Licenciamento Ambiental Municipal

Art. 5º - São instrumentos de gestão da Política Municipal de Meio Ambiente:

III. o **licenciamento ambiental**;

“...competete ao município utilizar o procedimento do licenciamento ambiental como **instrumento de gestão ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável.**”

Dependem de licença ambiental municipal, expedida pelo **IMAM**, quaisquer empreendimentos, públicos ou privados, **que gerem potencial impacto ambiental local.** (Lei 055/02)

O que caracteriza um Empreendimento?

Considera-se **empreendimento** a construção, instalação, ampliação, funcionamento, reforma, recuperação, alteração e/ou operação de estabelecimento, execução de obras ou de atividades.

Licenciamento Ambiental Municipal

É obrigação do empreendedor, **buscar o Licenciamento Ambiental** junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais de seu planejamento e instalação até a sua efetiva operação.



Exigência de licenciamento (**Art. 10 - Lei 6938/81;**
Art. 2 - Res. CONAMA 237/97):

“A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis”.

Penalidades - Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98)

“Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente”.

Licenciamento Ambiental Municipal

Licenciamento: Art. 10 - CONAMA, 237/97



Art. 11 - A responsabilidade pela elaboração dos estudos ambientais é do empreendedor;
- Deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados. Tais profissionais deverão ser cadastrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades;
- O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Principais características avaliadas no processo:

- O **potencial** de geração de líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de riscos de explosões e de incêndios.
- Ao receber a Licença Ambiental, o empreendedor assume os compromissos para a manutenção da qualidade ambiental do local em que se instala.

Licenciamento Ambiental Municipal

Licenciamento: Art. 10 - CONAMA, 237/97



LICENÇA AMBIENTAL - É o documento, com prazo de validade definido, em que o órgão ambiental estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem seguidas por sua empresa.

Art. 19 – O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

- I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
- II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.
- III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

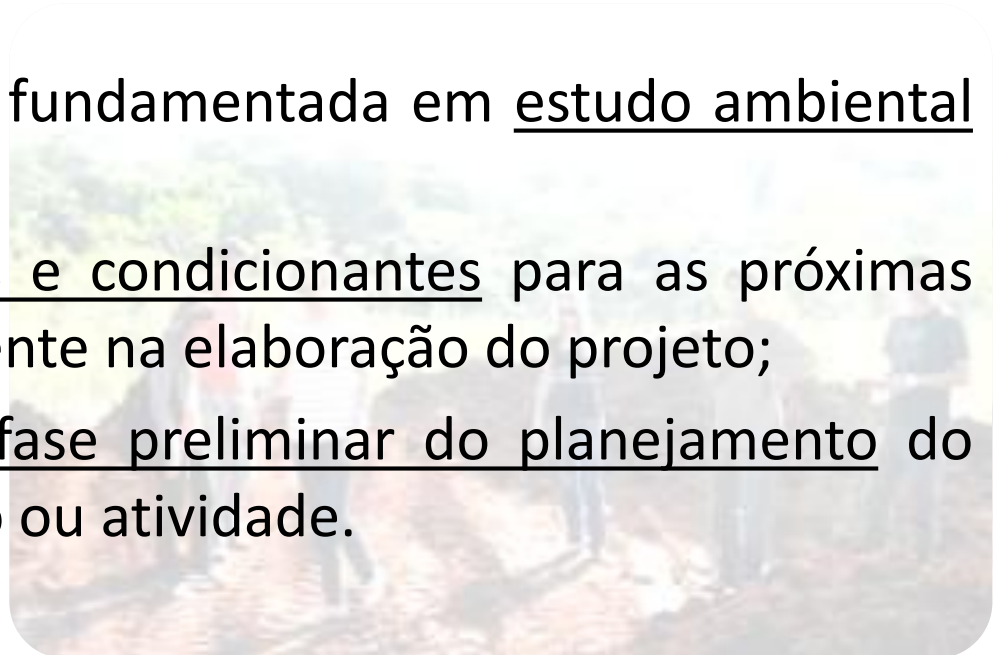
Licenças Ambientais



Licenças Ambientais

Licença Prévia (LP) :

- Avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, aprovando ou não sua localização e concepção;
- A avaliação está fundamentada em estudo ambiental específico;
- Define requisitos e condicionantes para as próximas fases, especialmente na elaboração do projeto;
- É concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade.



Licenças Ambientais

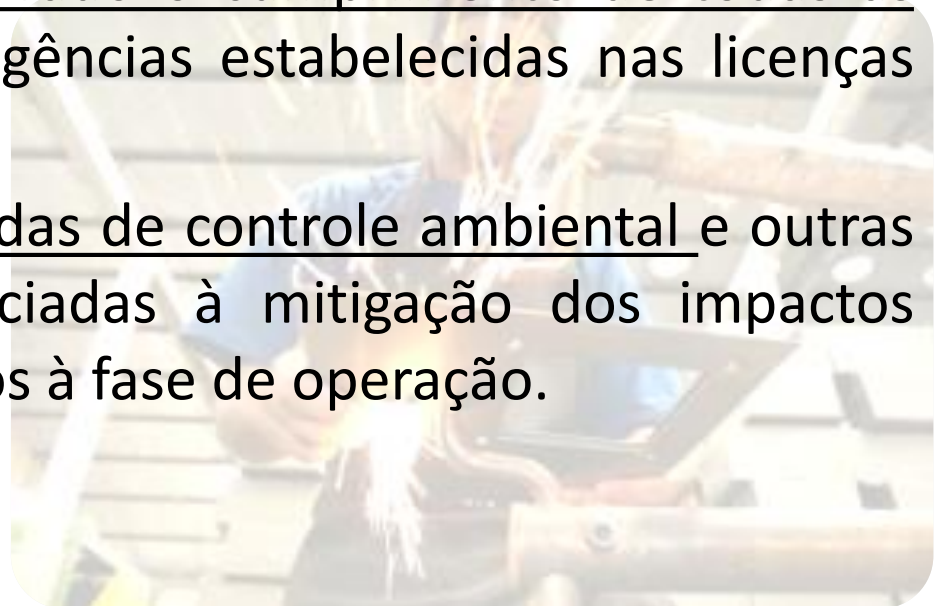
Licença de Instalação (LI):

- Autorizar a instalação do empreendimento ou atividade, em conformidade com as especificações constantes dos planos, estudos e projetos aprovados, bem como com as exigências contidas na LP;
- Estabelece as medidas de controle ambiental e outras condicionantes associadas à mitigação dos possíveis impactos ambientais associados as fases subsequentes;
- Podem ser solicitados novos estudos ou planos de controle ambiental para subsidiar esta fase do licenciamento.

Licenças Ambientais

Licença de Operação (LO):

- Autorizar o início da operação da atividade ou empreendimento;
- Deverá ser comprovado o cumprimento de todas as condicionantes e exigências estabelecidas nas licenças anteriores;
- Estabelece as medidas de controle ambiental e outras condicionantes associadas à mitigação dos impactos ambientais associados à fase de operação.



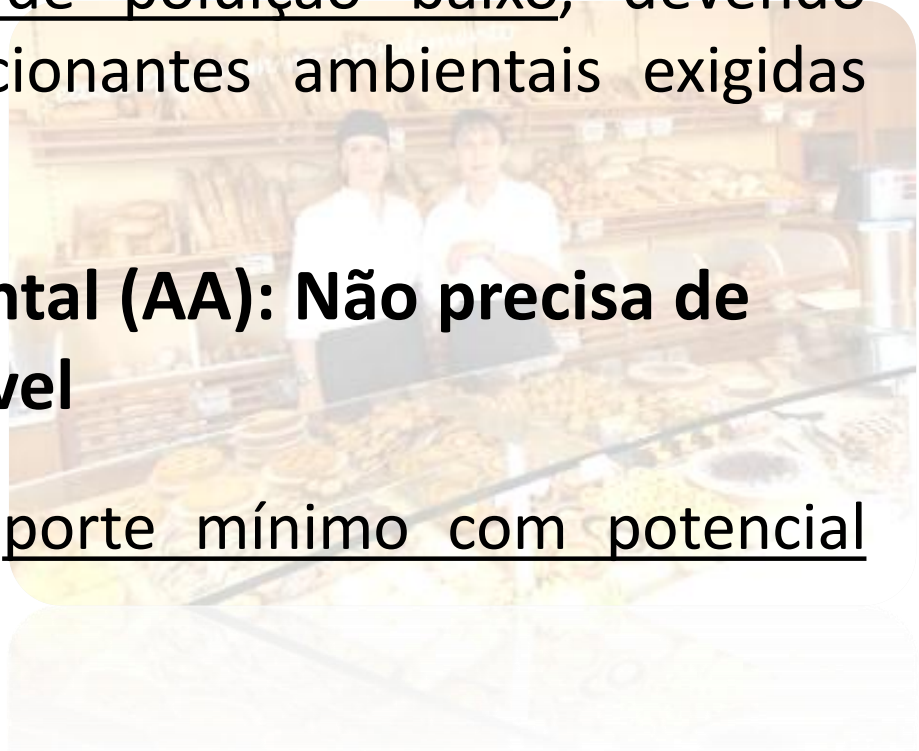
Licenças Ambientais

Licença Simplificado (LS):

- As atividades de mínimo e pequeno porte de grau de poluição médio, e atividades de pequeno porte com grau de poluição baixo, devendo atender as condicionantes ambientais exigidas pelo IMAM.

Autorização Ambiental (AA): Não precisa de técnico responsável

- As atividades de porte mínimo com potencial poluidor baixo.



Licenças Ambientais

Renovação de Licença (RL):

- Considera-se as modificações no zoneamento ambiental com o prosseguimento da atividade licenciada e a concessão de prazo para a adaptação, e localização ou encerramento da atividade.

Alteração de Razão Social (ARS):

- Considera-se as modificações do responsável legal pelo empreendimento de acordo com o informado no Contrato Social da Empresa e o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Licenças Ambientais

- Concessão das Licenças Ambientais:

As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

LP/LI – LI/LO – LP/LI/LO

Licenças Ambientais

Prazos de validade das Licenças

- LP e LI: 1 ano.
- LO, LS e AA: 3 anos.
- ARS: validade da licença em vigor.



Classificação de empreendimentos

		POTENCIAL POLUIDOR				
		MÍNIMO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE	EXCEPCIONAL
PORTE DA ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO	BAIXO	AA	LS	LP LI LO	LP LI LO	LP LI LO
	MÉDIO	LS	LS	LP LI LO	LP LI LO	LP LI LO
	ALTO	LP LI LO	LP LI LO	LP LI LO	LP LI LO	LP LI LO

Lei Complementar 055/2002 e Lei Complementar 233 /2013.



Atividades passíveis de Licenciamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 233 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 55 de 19 de dezembro de 2002 que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Dourados.”

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DO PORTE E DO POTENCIAL POLUIDOR DAS ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

ATIVIDADES	Potencial poluidor	Porte mínimo	Porte pequeno	Porte Médio	Porte grande	Porte excepcional
------------	--------------------	--------------	---------------	-------------	--------------	-------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2016,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE
MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL E
O MUNICÍPIO DE DOURADOS.

Processo nº 23/103.798/2010

Licenciamento Ambiental: taxas

Art. 38: A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) tem como base de calculo o porte e o potencial poluidor dos empreendimentos ou atividades (Anexos I e II).

Art. 41: Para a renovação de licenças, não sujeitas a novos estudos, o valor da taxa corresponderá a cinquenta por cento daquele valor estabelecido na tabela constante no Anexo II.



Custo estimado de licenças

PORTE DA ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR	VALORES EM REAIS				
		AA	LS	LP	LI	LO
MÍNIMO	Baixo	93,50	***	***	***	***
	Médio	***	115,50	***	***	***
	Alto	***	***	165,00	275,00	165,00
PEQUENO	Baixo	***	154,00	***	***	***
	Médio	***	275,00	***	***	***
	Alto	***	***	407,00	660,00	407,00
MÉDIO	Baixo	***	***	231,00	407,00	231,00
	Médio	***	***	407,00	880,00	407,00
	Alto	***	***	660,00	990,00	660,00
GRANDE	Baixo	***	***	374,00	528,00	374,00
	Médio	***	***	660,00	1320,00	660,00
	Alto	***	***	990,00	1485,00	990,00
EXCEPCIONAL	Baixo	***	***	528,00	660,00	528,00
	Médio	***	***	990,00	1925,00	990,00
	Alto	***	***	1485,00	2200,00	1485,00



A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) tem como base de calculo o porte e o potencial poluidor dos empreendimentos ou atividades.

Quem pode atuar no processo de Licenciamento Ambiental?

Profissional com graduação e devidamente inscrito no Conselho Profissional de sua área de atuação (CREA, CRBio, CAU, CRQ, CRA).

- Poderá solicitar inclusão do nome na lista de técnicos do IMAM;
- Certidão Negativa de Débito - CND atualizada.

Quem não pode atuar no processo de Licenciamento Ambiental Municipal?

- Profissionais que não possuem registros ativos Conselho de Classe ou que o Conselho não autorize a emissão de ART para tal atividade;
- Profissionais que não detenham os conhecimentos necessários para a sua elaboração e implementação;
- Profissional que possuem qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Dourados;
- Código Penal - Advocacia administrativa - Art. 321 - *Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:*

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, além da multa.



Muito Obrigado!

Ítalo Franco Ribeiro

e-mail: imam@dourados.com.br

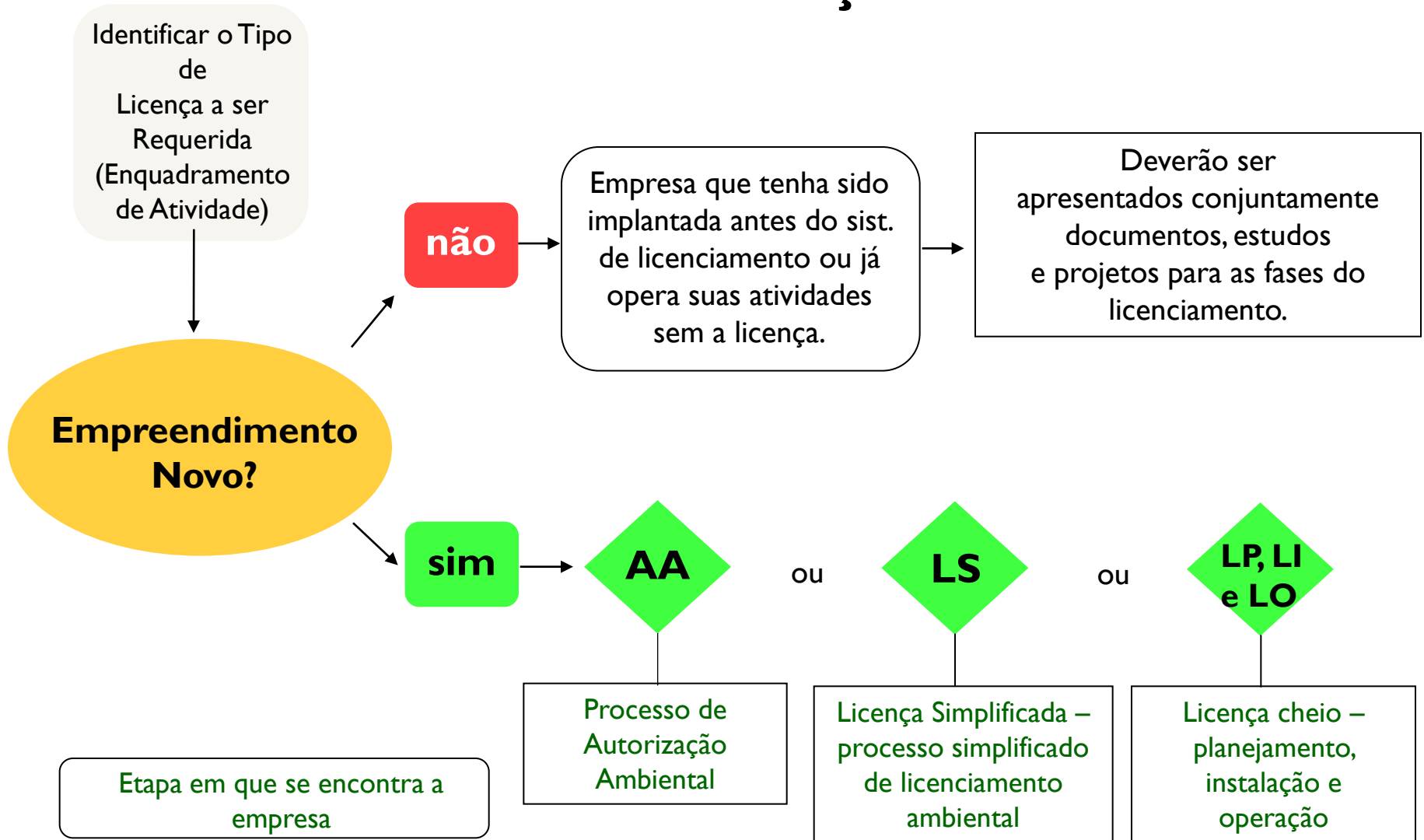
Telefone: 3428-4970

Etapas do Processo de Licenciamento Ambiental



Thyago Pires
Biólogo

Passos necessários para o requerimento da licença



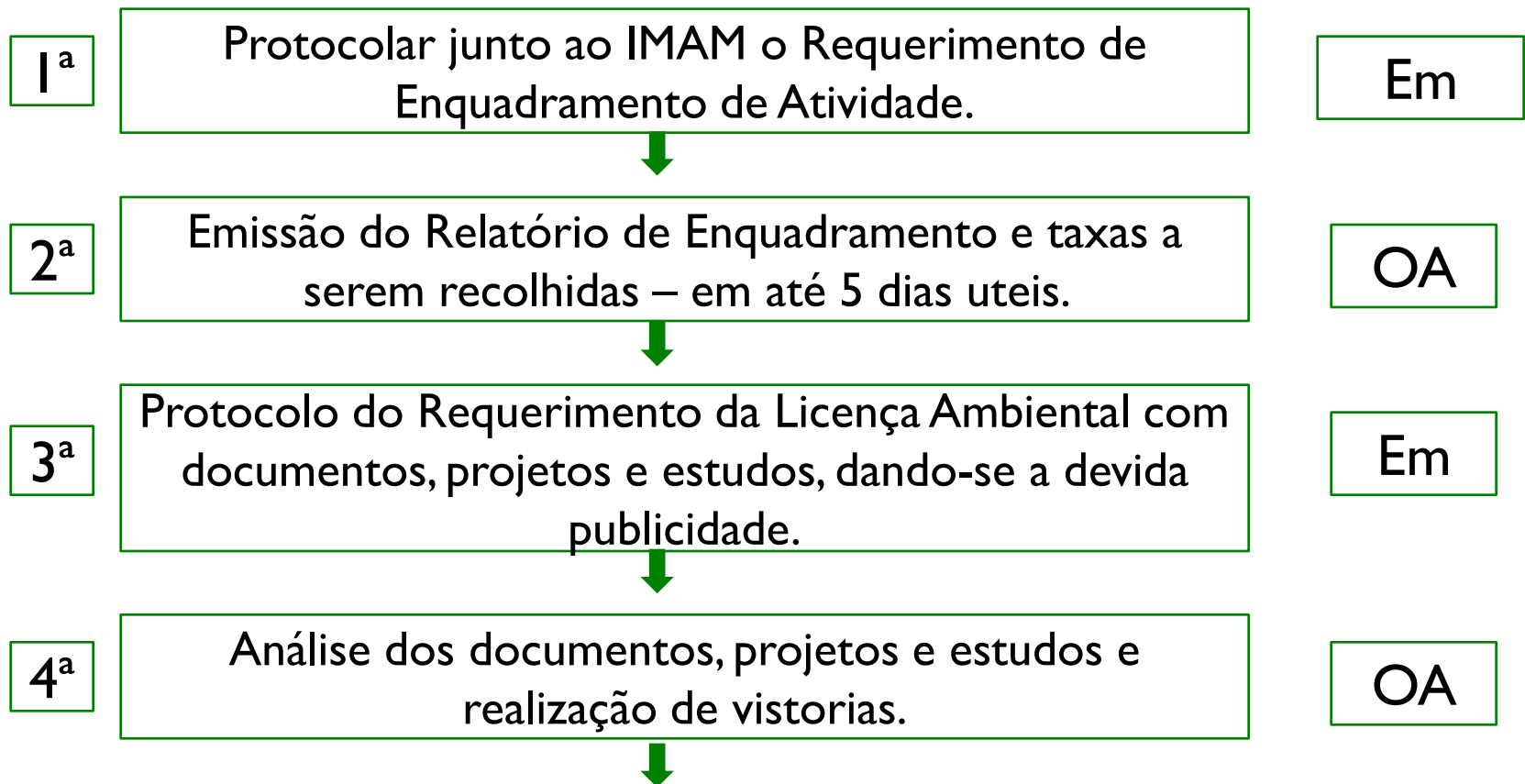


SOLICITAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADE

1. Dados do Requerente:	
Nome:	
Cargo/função:	
CPF:	
Telefone:	Cel.
2. Dados da empresa:	
Razão social/Pessoa Física:	
Nome Fantasia:	
CNPJ/ CPF:	
Endereço:	n.º
Bairro:	
Cidade: Dourados/MS	
Ponto de referência:	
Telefone: (67)	Celular:
3. Informações do Empreendimento:	
Atividade:	
Horário de funcionamento:	
Instalado: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Em Funcionamento: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Área utilizada: m²	
O empreendimento encontra-se dentro de outra edificação: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
4. Objeto do Requerimento:	
<input type="checkbox"/> Licença Ambiental	<input type="checkbox"/> Renovação de Licença
<input type="checkbox"/> Alteração de Razão Social - ARS	<input type="checkbox"/> Cópia da pasta da Licença Ambiental
<input type="checkbox"/> Reenquadramento (anexar enquadramento anterior e taxa paga)	<input type="checkbox"/> Cópia de Licença Ambiental
5. Declaração do requerente ou representante legal:	
Declaro que todas as informações prestadas e documentos anexos são verdadeiros, assumindo a total responsabilidade pelos mesmos sob as penas da lei:	
Nome:	
Dourados – MS, ___/___/___	
OBS. ANEXAR LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, OU CÓPIA DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO OU DECLARAÇÃO DA SEMID OU GDU – GUIA DE DIRETRIZES URBANÍSTICAS OU EXTRATO DE CADASTRO DO CONTRIBUINTE.	

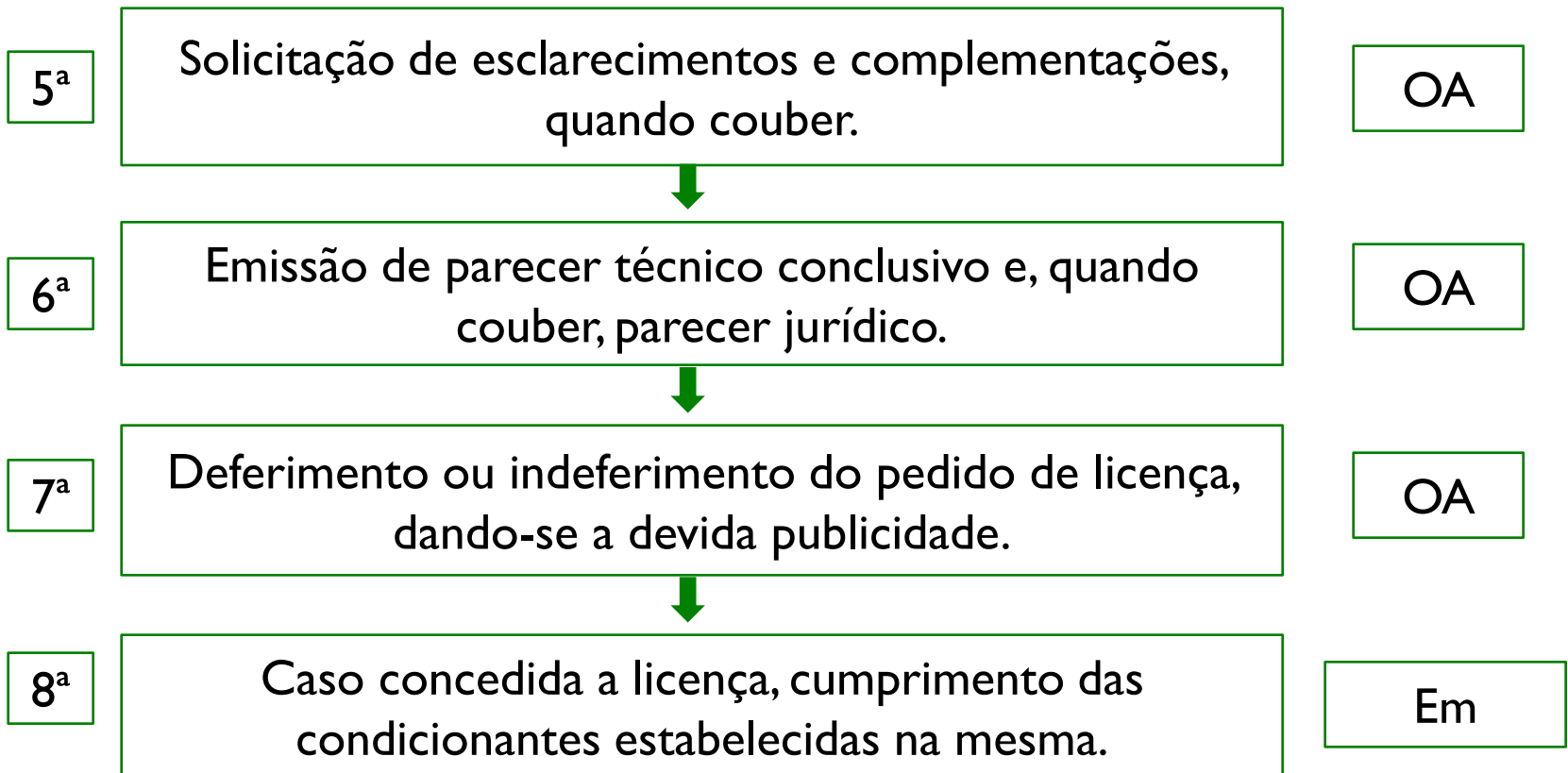
Passos necessários para o requerimento da licença

Etapas do Processo:



Passos necessários para o requerimento da licença

Etapas do Processo:



Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

Parte I

Documentos fornecidos pelo empreendedor ao responsável técnico.



Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- Cópia de **Contrato Social** ou Requerimento de Empresário Individual (quando M.E.) ou Ata de Eleição de Diretoria (Atual);
- Título de propriedade do imóvel ou cópia de contrato de locação;
- Cópia de **RG e CPF do(s) responsável(is) legal(is)** ou carteira de habilitação com foto;
- **Cartão de CNPJ**, e Cartão de Inscrição Estadual (quando se tratar de produtor rural);



Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

Parte 2

Documentos sob a responsabilidade do profissional contratado pelo empreendedor.



Portaria n°. 01/2014/IMAM

“Normatiza o uso dos modelos de planos, requerimentos e formulários para o enquadramento, concessão e renovação de licença ambiental a que se refere a lei complementar n° 055, de 19 de dezembro de 2002, e a lei complementar n° 222 de 25 de julho de 2013, dá publicidade ao rol de documentos exigidos e dá outras providências”

Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- **Relatório de enquadramento de Atividade** emitido pelo IMAM condicionando a necessidade da Licença Ambiental;
- Comprovante do recolhimento da **Taxa de Licenciamento Ambiental - TLA**;
- **Taxa de expediente** para pedido de análise;
- **Procuração** expedida pelo empreendedor com firma reconhecida em cartório, outorgando poderes específicos para o trato de assuntos ambientais ao responsável técnico junto ao IMAM;

Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

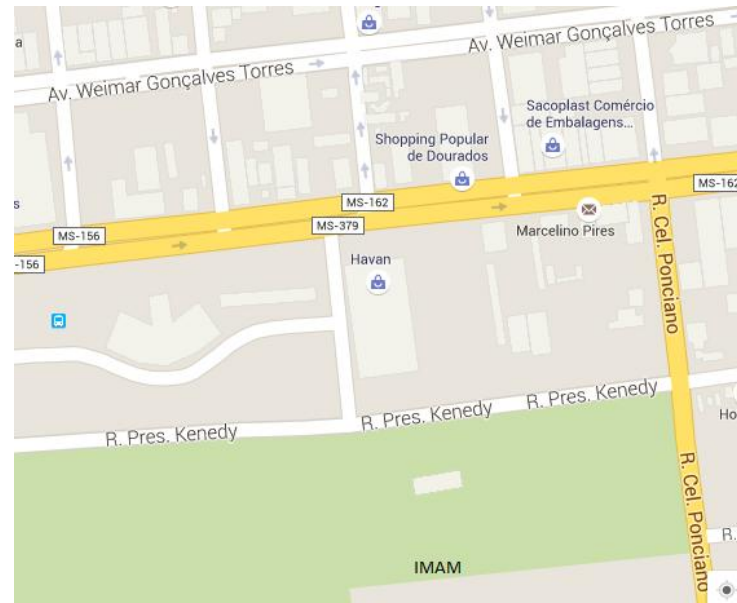
- **Editais de publicação do requerimento da Licença, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em **Diário Oficial do Município** e em jornal periódico de circulação local;**

EDITAL

_____, LTDA, torna Público que requereu do Instituto de Meio Ambiente de Dourados – IMAM de Dourados (MS), a Licença Ambiental Simplificada - LS, para atividade de _____, localizada na Rua/Av. _____ - Bairro _____, no município de Dourados (MS). Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

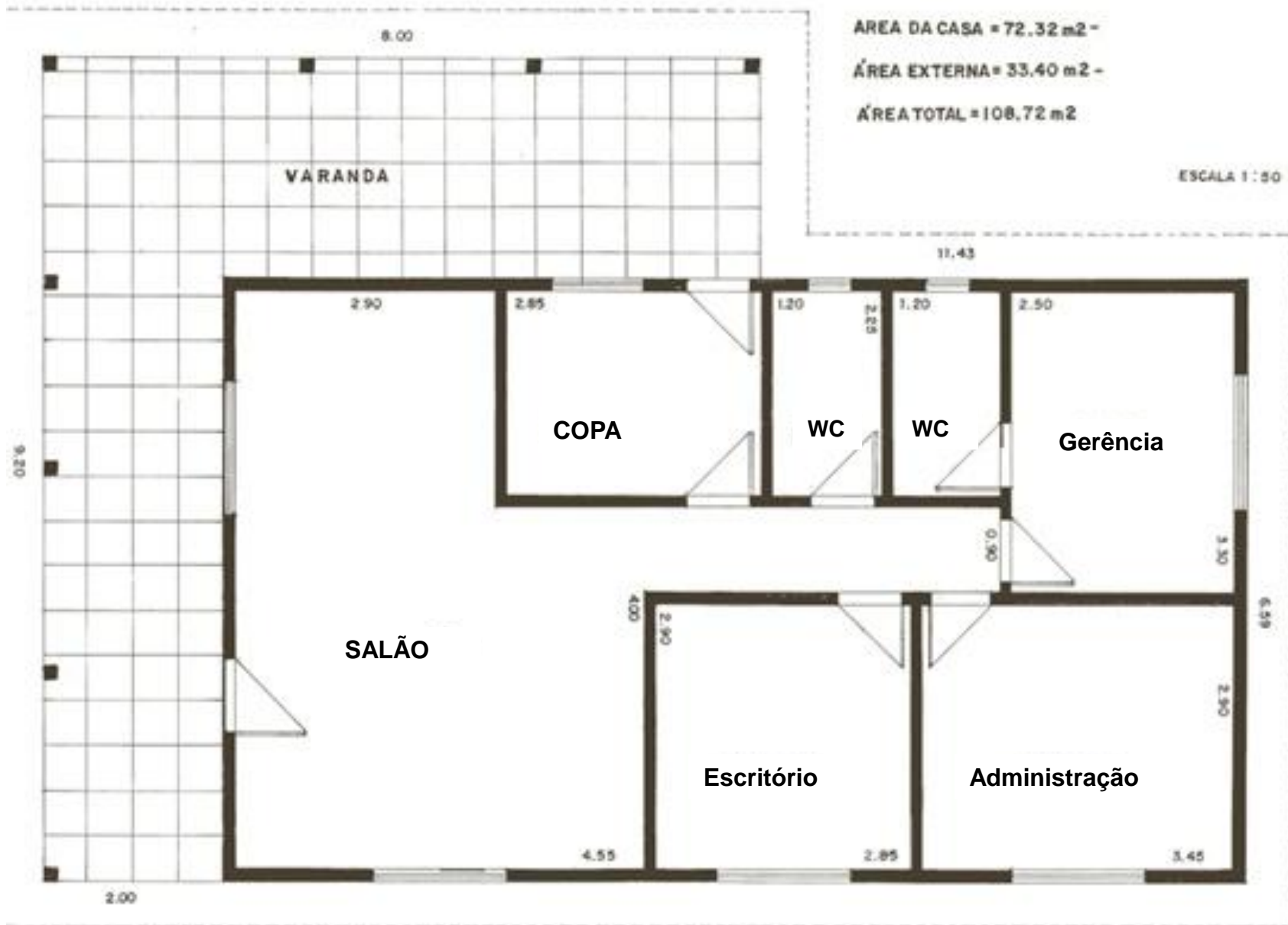
Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

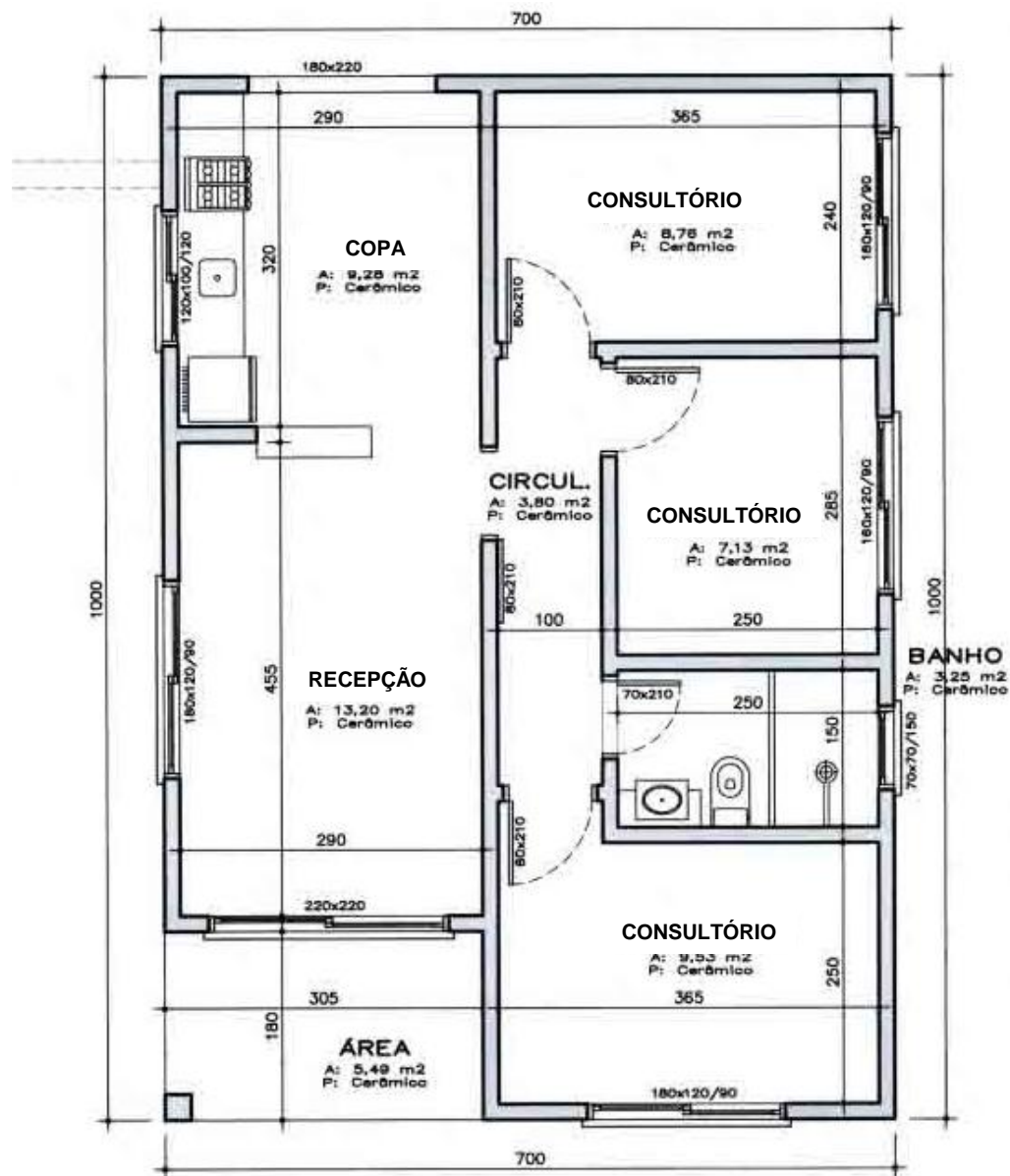
- Apresentar em anexo **croqui de situação da área em estudo**, devendo o mesmo ser confeccionado na escala de 1:2500, respeitando-se a posição do norte verdadeiro e informando todos os usos num raio de 500 metros;



Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- **Planta baixa das construções existentes** (ou a construir) e implantação contemplando todas as edificações objeto em estudo de licenciamento ambiental **identificando** áreas permeáveis, tubulações e canaletas responsáveis pela condução dos efluentes, local do sistema de tratamento (fossa séptica, caixa de decantação, caixa separadora de água, areia e óleo – CSAO e outras) quando necessário, até o sistema de disposição final (sumidouro ou rede de esgoto), contendo suas respectivas medidas e legendas necessárias;

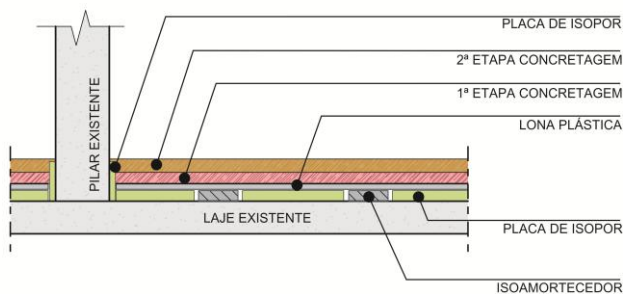
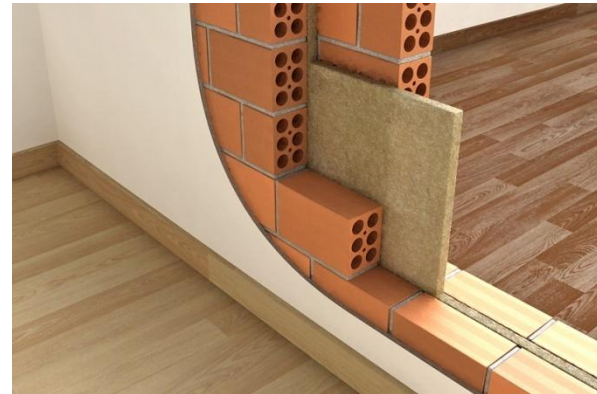
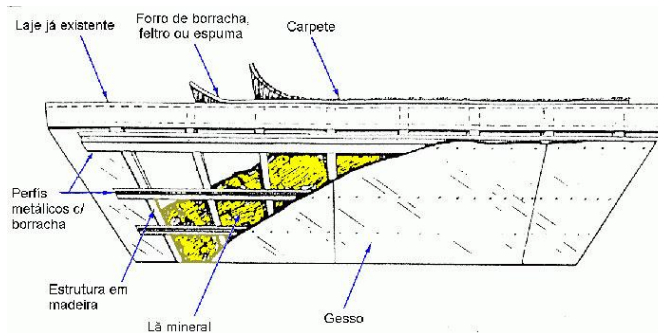




PLANTA BAIXA
Escala 1/50
ÁREA: 70,00m²

Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- Para casas noturnas e similares apresentar o **projeto acústico** e **ART** do responsável pela elaboração.



Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- Formulário de **Requerimento Padrão e Cadastro de Licenciamento Ambiental** disponibilizado pelo IMAM;
- Estudos Ambientais, conforme termo de referência disponibilizado pelo IMAM:
 - Estudo Ambiental Preliminar (EAP) - LP
 - Estudo Ambiental Simplificado (EAS) - LS
 - Sistema de Controle Ambiental (SCA) – LI ou RLO

- **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**

- LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Conforme Termo de Referência fornecido pelo IMAM, juntamente com a ART do responsável pela elaboração e identificação do responsável pela execução;



- **CAPÍTULO II**

- **Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:**

- I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;
 - II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:
 - a) gerem resíduos perigosos;
 - b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

- **Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:**

- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
 - c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
 - » a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
 - » b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;



- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;



- **Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)**
 - Resolução CONAMA 307/02 e 348/04
 - Empreendimentos em fase de construção e/ou reforma que geram os Resíduos da Construção Civil - RCC.

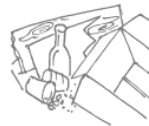
Classificação de resíduos



CLASSE

A

Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados:
argamassa, concreto, bloco, tijolo e solo.



CLASSE

B

Resíduos recicláveis para outras destinações:
papel, plástico, papelão, vidro, madeira e gesso.



CLASSE

C

Resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam sua reciclagem e recuperação:
sacaria de cimentos e argamassa



CLASSE

D

Resíduos perigosos oriundos do processo de construção:
tintas, solventes, óleos e outros.

- **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS)**
 - Resoluções RDC ANVISA no 306/04 e CONAMA no 358/05
 - Atividades que gerem Resíduos de Serviço de Saúde -RSS (Certidão de Regularidade);



Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- **Anotação de responsabilidade técnica** (ART/RRT ou documento similar) do(s) responsável(is) pelo(s) Projeto(s) que contemple todos os estudos elaborados pelo técnico, como por ex: EAS, PGRS, PGRCC, PGRSS e demais estudos necessários;
- **Certidão Negativa de Débito** (CND) do profissional - Cadastro profissional junto a Prefeitura Municipal (3410-5600).

Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- Todo empreendimento que possuir ou perfurar **poço** deverá apresentar o cadastro de solicitação de uso de recurso hídrico do poço junto ao IMASUL, sendo que o documento emitido deverá ser anexado na renovação desta Licença (Decreto nº 13.990, de 2 de julho de 2014 que “Regulamenta a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul”);
- Apresentar **todos os comprovantes de destinação final** dos resíduos sólidos perigosos.

Documentos técnicos para processo de Licenciamento Ambiental

- Para **depósito de agrotóxicos e posto de combustível**, apresentar o Plano de Resposta a Incidentes Ambientais - **PRIA** de acordo com o termo de referência fornecido pelo IMAM, juntamente com a **ART** do responsável técnico pela elaboração e uma declaração do responsável pela execução;
- Para licença de **torre de telefonia celular** apresentar o Laudo Radiométrico e Relatório de Conformidades e **ART** do responsável pela elaboração;

Importante observar...



- Que o processo contemple todos os documentos pertinentes a referida licença;
- Que os formulário encontrem-se devidamente preenchidos e com assinatura do Requerente e Responsável Técnico;
- Que as cópias apresentadas estejam legíveis;
- Que o projeto apresentado contemple a realidade do empreendimento;
- Que os estudos apresentem informações detalhadas da atividade desenvolvida, geração de resíduos e destinação final dos mesmos;
- Que sejam anexados todos os comprovantes de destinação final de resíduos conforme informado nos estudos.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AA

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
- 02 – Formulário de Cadastro de Autorização Ambiental, disponibilizado pelo IMAM;
- 03 – Comprovante de recolhimento da Taxa de Autorização Ambiental ou Certificado de Micro Empreendedor Individual - MEI;
- 04 – Cópia de Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual (quando M.E.) ou Ata de Eleição de Diretoria;
- 05 – Cartão de CNPJ (cópia do CPF), e Cartão de Inscrição Estadual (quando se tratar de produtor rural);
- 06 – Título de propriedade do imóvel ou cópia de contrato de locação;
- 07 – Cópia de RG e CPF do(s) responsável(is) legal(is) ou carteira de habilitação com foto;
- 08 – Edital de publicação de requerimento de Autorização Ambiental, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em **Diário Oficial do Município** e em **Jornal periódico** de circulação local;
- 09 – Relatório de enquadramento do IMAM condicionando a necessidade da Autorização Ambiental;
- 10 – Taxa de expediente para pedido de análise.

ATENÇÃO: A documentação que não for original deverá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, mediante apresentação dos originais.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LS.

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
- 02 – Formulário de Cadastro de Licenciamento Ambiental, disponibilizado pelo IMAM;
- 03 – Comprovante de recolhimento da Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA;
- 04 – Cópia de Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual (quando M.E.) ou Ata de Eleição de Diretoria (Atual);
- 05 – Cartão de CNPJ, e Cartão de Inscrição Estadual (quando se tratar de produtor rural);
- 06 – Título de propriedade do imóvel ou cópia de contrato de locação;
- 07 – Cópia de RG e CPF do(s) responsável(is) legal(is) ou carteira de habilitação com foto;
- 08 – Edital de publicação de Licença Simplificada, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em **Diário Oficial do Município** e em **jornal periódico de circulação local**;
- 09 – Estudo Ambiental Simplificado (EAS), conforme termo de referência disponibilizado pelo IMAM;
- 10- Apresentar em anexo croqui de situação da área em estudo, devendo o mesmo ser confeccionado na escala de 1:2500, respeitando-se a posição do norte verdadeiro e informando todos os usos num raio de 500 metros;
- 11 – Planta baixa das construções existentes (ou a construir) e implantação contemplando todas as edificações objeto em estudo de licenciamento ambiental identificando áreas permeáveis, tubulações e canaletas responsáveis pela condução dos efluentes, local do sistema de tratamento (fossa séptica, caixa de decantação, caixa separadora de água, areia e óleo – CSAO e outras) quando necessário, até o sistema de disposição final (sumidouro ou rede de esgoto), contendo suas respectivas medidas e legendas necessárias;
- 12 – Anotação de responsabilidade técnica – (ART/RRT ou documento similar) do(s) responsável(is) pelo(s) Projeto(s) que contemple todos os estudos elaborados pelo técnico, como por ex: EAS, PGRS, PGRCC, PGRSS e demais estudos necessários;
- 13 – CND (Certidão Negativa de Débito) do profissional;
- 14 – Todas as atividades deverão apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos conforme Termo de Referência fornecido pelo IMAM, juntamente com a ART do responsável pela elaboração e identificação do responsável pela execução:
 - Atividades que gerem Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS;
 - Empreendimentos em fase de construção e/ou reforma – PGRCC;
 - Demais atividades – PGRS.
- 15 – Procuração expedida pelo empreendedor com firma reconhecida em cartório, outorgando poderes específicos para o trato de assuntos ambientais ao responsável técnico junto ao IMAM;
- 16 – Relatório de enquadramento do IMAM condicionando a necessidade da Licença Ambiental;
- 17 – Todo empreendimento que possuir ou perfurar poço deverá apresentar documentação de regularização ou aprovação junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL conforme Resolução SEMAC n. 006, de 10 de julho de 2012;
- 18 – Taxa de expediente para pedido de análise;
- 19 – Para casas noturnas e similares apresentar o projeto acústico.

Obs: reserva-se ao IMAM o direito de a qualquer momento solicitar demais documentos e informações necessários para análise do projeto.

ATENÇÃO: A documentação que não for original deverá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, mediante apresentação do original.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LP

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
 - 02 – Formulário de Cadastro de Licenciamento Ambiental, disponibilizado pelo IMAM;
 - 03 – Comprovante de recolhimento da Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA;
 - 04 – Cópia de Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual (quando M.E.) ou Ata de Eleição de Diretoria (Atual);
 - 05 – Cartão de CNPJ, e Cartão de Inscrição Estadual (quando se tratar de produtor rural);
 - 06 – Título de propriedade do imóvel ou cópia de contrato de locação;
 - 07 – Cópia de RG e CPF do(s) responsável(is) legal(is) ou carteira de habilitação com foto;
 - 08 – Edital de publicação de requerimento de Licença Prévia, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em Diário Oficial do Município e em jornal periódico de circulação local;
 - 09 – Estudo Ambiental Simplificado (EAS), conforme termo de referência disponibilizado pelo IMAM;
 - 10 – Anotação de responsabilidade técnica – (ART ou RRT ou documento similar) do(s) responsável (is) pelo(s) Projeto(s) que contemple todos os estudos elaborados pelo técnico, como por ex: EAS, EAP, SCA, PGRS, PGRCC, PGRSS e demais estudos necessários;
 - 11 – CND (Certidão Negativa de Débito) do profissional;
 - 12 – Procuração expedida pelo empreendedor com firma reconhecida em cartório, outorgando poderes específicos para o trato de assuntos ambientais ao responsável técnico junto ao IMAM;
 - 14 – Relatório de enquadramento do IMAM condicionando a necessidade da Licença Ambiental Prévia;
 - 14 – Taxa de expediente para pedido de análise.
- Obs: reserva-se ao IMAM o direito de a qualquer momento solicitar demais documentos e informações necessários para análise do projeto.

ATENÇÃO: A documentação que não for original poderá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, mediante apresentação do original.

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
- 02 – Comprovante de recolhimento da Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA;
- 03 – Cópia de Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual (quando M.E.) ou Ata de Eleição de Diretoria (Atual);
- 04 – Cartão de CNPJ, e Cartão de Inscrição Estadual (quando se tratar de produtor rural);
- 05 – Título de propriedade do imóvel ou cópia de contrato de locação;
- 06 – Cópia de RG e CPF do(s) responsável(is) legal(is) ou carteira de habilitação com foto;
- 07 – Edital de recebimento de Licença Prévia, em conformidade com o modelo fornecido pela IMAM, devendo a publicação ser realizada em Diário Oficial do Município e num Jornal Periódico de circulação local;
- 08 – Cópia da Licença Prévia concedida;
- 09 - Edital de publicação de requerimento de Licença de Instalação, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em Diário Oficial do Município e em Jornal Periódico de circulação local;
- 10 – Sistema de Controle Ambiental - SCA, elaborados em conformidade com o termo de referência disponibilizado pelo IMAM;
- 11 – Planta baixa das construções existentes (ou a construir) e implantação contemplando todas as edificações objeto em estudo de licenciamento ambiental identificando áreas permeáveis, tubulações e canaletas responsáveis pela condução dos efluentes, local do sistema de tratamento (fossa séptica, caixa de decantação, caixa separadora de água, areia e óleo – CSAO e outras) quando necessário, até o sistema de disposição final (sumidouro ou rede de esgoto), contendo suas respectivas medidas e legendas necessárias;
- 13 – CND (Certidão Negativa de Débito) do profissional;
- 14 – Todas as atividades deverão apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos conforme Termo de Referência fornecido pelo IMAM, juntamente com a ART do responsável pela elaboração e identificação do responsável pela execução:
- Empreendimentos em fase de construção e/ou reforma – PGRCC;
- 15 – Relatório de enquadramento do IMAM condicionando a necessidade da Licença Ambiental;
- 17 – Todo empreendimento que possuir ou perfurar poço deverá apresentar documentação de regularização ou aprovação junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL conforme Resolução SEMAC n. 006, de 10 de julho de 2012.
- 18 - Para loteamentos: apresentar o plano de arborização, Licença Prévia ou protocolo de projeto de drenagem de águas pluviais junto ao IMASUL, projeto de esgotamento sanitário, Licenciamento Ambiental da Pavimentação ou Protocolo de pavimentação Asfáltica, plantas baixas de todos estes documentos e carta de viabilidade da SANESUL E ENERSUL;
- 19 -Taxa de expediente para pedido de análise;
- 20 - Para casas noturnas e similares apresentar o projeto acústico.
- Obs: reserva-se ao IMAM o direito de a qualquer momento solicitar demais documentos e informações necessários para análise do projeto.

ATENÇÃO: A documentação que não for original deverá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, somente mediante apresentação do original.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
- 02 – Comprovante de recolhimento da Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA;
- 03 – Cópia da licença anterior concedida;
- 04 - Edital de recebimento da Licença de Instalação, em conformidade com o modelo fornecido pela IMAM, devendo a publicação ser realizada em Diário Oficial do Município e num jornal periódico de circulação local;
- 05 – Edital de publicação de requerimento de Licença de Operação, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em Diário Oficial do Município e em jornal periódico de circulação local;
- 06 - Cópia do relatório de vistoria emitido pelo IMAM condicionando a necessidade da Licença de Operação;
- 07 - Para depósito de agrotóxicos e posto de combustível, apresentar o Plano de Resposta a Incidentes Ambientais - PRIA de acordo com o termo de referência fornecido pelo IMAM, juntamente com a ART do responsável técnico pela elaboração e uma declaração do responsável pela execução;
- 08 - Para licença de torre de telefonia celular apresentar o laudo radiométrico e relatório de conformidades;
- 09 – Apresentar todos os comprovantes de destinação final dos resíduos sólidos perigosos, não recicláveis e recicláveis;
- 10 – Taxa de expediente para pedido de análise.

Obs: reserva-se ao IMAM o direito de a qualquer momento solicitar demais documentos e informações necessários para análise do projeto.

ATENÇÃO: A documentação que não for original poderá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, somente mediante apresentação do original.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA OBTENÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA – RL.

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
 - 02 – Comprovante de recolhimento da Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA (50% do valor da licença anterior, não havendo mudanças no projeto);
 - 03 – Cópia da licença anterior;
 - 04 – Edital de publicação de Renovação de Licença, em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em Diário Oficial do Município e em Jornal periódico de circulação local;
 - 11 – Planta baixa das construções existentes (ou a construir) e implantação contemplando todas as edificações objeto em estudo de licenciamento ambiental identificando áreas permeáveis, tubulações e canaletas responsáveis pela condução dos efluentes, local do sistema de tratamento (fossa séptica, caixa de decantação, caixa separadora de água, areia e óleo – CSAO e outras) quando necessário, até o sistema de disposição final (sumidouro ou rede de esgoto), contendo suas respectivas medidas e legendas necessárias;
 - 06 – Cópia do Sistema de Controle Ambiental proposto para o projeto original do empreendimento, exceto quando for Licença Simplificada;
 - 07 – Relatório e projetos relativos às alterações e a diversificação da atividade (caso haja), para o novo Sistema de Controle Ambiental proposto para a empresa;
 - 08 – Anotação de responsabilidade técnica – (ART/RRT ou documento similar) do(s) responsável(is) pelo(s) Projeto(s) que contemple todos os estudos elaborados pelo técnico, como por ex: EAS, PGRS, PGRCC, PGRSS e demais estudos necessários;
 - 09 – Procuração expedida pelo empreendedor com firma reconhecida em cartório, outorgando poderes específicos para o trato de assuntos ambientais ao responsável técnico junto ao IMAM;
 - 10 – Taxa de expediente para pedido de análise;
 - 11 – Para casas noturnas e similares apresentar o projeto acústico.
- Obs.: reserva-se ao IMAM o direito de a qualquer momento solicitar demais documentos e informações necessários para análise do projeto.

ATENÇÃO: A documentação que não for original deverá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, mediante apresentação do original.

LISTA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL - ARS

- 01 – Formulário de Requerimento Padrão disponibilizado pelo IMAM;
 - 02 – Comprovante da Alteração da Razão Social (Contrato Social, ata de eleição da atual diretoria ou Requerimento de Empresário);
 - 03 – Cópia de Cartão de CNPJ, ou de CPF objeto da alteração;
 - 04 – Edital de publicação de Alteração da Razão Social em conformidade com o modelo fornecido pelo IMAM, devendo a publicação ser realizada em **Diário Oficial do Município** e em **Jornal periódico de circulação local**;
 - 05 – Cópia da Licença original objeto da alteração da Razão Social;
 - 06 – Taxa de expediente para pedido de análise.
- Obs: reserva-se ao IMAM o direito de a qualquer momento solicitar demais documentos e informações necessários para análise do projeto.**

ATENÇÃO: A documentação que não for original deverá ser autenticada em cartório ou por autoridade competente do próprio IMAM, mediante apresentação do original.

Qual papel do profissional técnico no Licenciamento Ambiental?





imam

Instituto do Meio Ambiente de Dourados

Obrigado!

Email: imam@dourados.com.br

Telefone: 3428-4970